



GT 012. Antropologia da Saúde e Direitos Humanos: políticas públicas e agenciamentos sociais em saúde

Sônia Weidner Maluf (PPGAS/UFSC) - Coordenador/a, Erica Quinaglia Silva (Universidade de Brasília) - Coordenador/a, Marcos Aurélio da Silva (Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso) - Debatedor/a, Jaqueline Teresinha Ferreira (Instituto de Estudos em Saúde Coletiva - UFRJ) - Debatedor/a, Sílvia Maria Ferreira Guimarães (DAN/UnB) - Debatedor/a

Antropologia da Saúde no Brasil, além de enfatizar questões clássicas da pesquisa etnográfica, com foco em práticas e saberes locais, tem se debruçado mais recentemente sobre as políticas públicas, o cotidiano dos serviços e das instituições, buscando compreendê-las a partir do Estado "visto de baixo", o que envolve também os saberes técnico-científicos que sustentam essas políticas. A convergência dessas diferentes perspectivas potencializa a pesquisa etnográfica, sobretudo quando feita no que podemos denominar de zona de confluência entre práticas do Estado e políticas públicas, de um lado, e sujeitos sociais, práticas e saberes locais, de outro, em um contexto em que o tema dos direitos humanos, e da saúde como direito humano que deve contemplar as especificidades sócio-econômico-culturais dos sujeitos, comunidades e populações, torna-se central. A proposta do GT pretende, a partir de diferentes perspectivas etnográficas, proporcionar um espaço de reflexão sobre a relação entre Antropologia da Saúde e Direitos Humanos, em um contexto em que de modo geral há um retrocesso nos direitos e na democracia no país, particularmente nas políticas públicas de saúde, com o corte nos orçamentos e mudanças substantivas nos princípios que sustentam o Sistema Único de Saúde e as políticas de saúde mental no país. A articulação de diferentes abordagens etnográficas visa pensar os desafios e os diálogos possíveis entre a Antropologia, Estado e Direitos Humanos no campo da saúde.

Controlando a loucura no Amapá: uma política de saúde ou segurança?

Autoria: Davi Oliveira da Silva, Thais Malheiros

Trata-se de uma pesquisa acadêmica que procura cotejar os conceitos foucaultianos de loucura, crime e controle social com o cumprimento de medidas de segurança motivadas por comprometimentos mentais. Neste sentido, foi realizada entrevistas com os profissionais dos dois únicos lugares no Amapá onde são cumpridas tais medidas, o HCAL e o CCNH (Centro de Custódia da Zona Norte) do IAPEN (Instituto de Administração Penitenciária), ambos disponíveis unicamente na capital Macapá. Foram entrevistados (entrevista aberta) 50% de todos os profissionais que trabalham nestes lugares, desde médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, psicólogos, Assistentes Sociais, coordenadores, diretores, agentes penitenciários e presos em regime de colaboração e etc). Trata-se, portanto, de uma pesquisa de campo, com estudo de caso, crivado por um esforço etnográfico na captação dos discursos dos profissionais que estão vinculados ao presente recorte da política de saúde do Estado do Amapá. Assim sendo, a pesquisa bibliográfica é articulada com a documentação disponível e, assim, cruzada com os discursos dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (TJAP) no que se refere a jurisprudência e o desenho legal da referida política e as violações de Direitos Humanos lá encontradas. Cumpre destacar o esforço descritivo enquanto essencial para "radiografar" a política, principalmente na sua estrutura, organização e recursos humanos-materiais. A questão norteadora deste work passa por analisar se o "louco" é tratado a partir de uma perceptiva da saúde pública ou da segurança e do controle.



Realização:



Apoio:



Organização:

